

# A AURORA DO LIMA



PREÇO AVULSO: 1,00€

ANO 162  
NÚMERO 14

QUINTA-FEIRA  
06 DE ABRIL DE 2017

DIRETOR BERNARDO SILVA BARBOSA  
ADMINISTRADOR RUI SILVA BARBOSA

SEMANÁRIO INDEPENDENTE  
FUNDADO EM 15 DE DEZEMBRO DE 1855

ASSINATURA ANUAL: PORTUGAL: 35.00€ | COLETIVIDADES: 40.00€  
EMPRESAS: 60.00€ | EUROPA: 80.00€ | RESTO DO MUNDO: 100.00€

## “Ministério Público está a funcionar bem”



Afirmou Joana M. Vidal em Viana do Castelo

P/3

**“MINISTÉRIO PÚBLICO ESTÁ A FUNCIONAR BEM”**

## **Joana M. Vidal em Viana do Castelo**

O Ministério Público (MP) de Viana do Castelo está a “funcionar bem” apesar da falta de magistrados e funcionários. A constatação é de Joana Marques Vidal, procuradora-geral da República, na capital alto-minhota, em visita de trabalho.

“Está a baixar pendências, está a aplicar, relativamente à suspensão provisória dos processos, instrumentos de consenso de uma maneira mais adequada, está a ter mais êxito nas acusações relativas à criminalidade grave e económico-financeira e está, também, a diminuir pendências, ou seja, a resolver mais processos do que aqueles que entram. No geral, o MP está a funcionar bem nestas comarcas”, considerou, referindo as de Viana e Porto.

A procuradora afastou a ideia de que estão a ser criadas superequipas no Ministério Público e garante que aquilo que existe são novas metodologias de trabalho que passam pela constituição de equipas mais especializadas, com magistrados de diversas áreas.

A magistrada fez estas declarações no antigo edifício do Governo Civil, na Rua da Bandeira (ao Carmo), onde, desde setembro último, estão os juízos centrais cíveis de Viana do Castelo. Joana Marques Vidal sublinhou que “há dificuldades crónicas”



de falta de magistrados e de funcionários do Ministério Público. Com mais magistrados “conseguiríamos uma ação mais eficaz”. Considerou, porém, o balanço positivo, apesar da falta de funcionários “não só em número, mas também na qualidade da formação”.

Nesta sua visita a Viana do Castelo, Joana Marques Vidal estava acompanhada do vice-procurador-geral da República, por um representante do conselho superior do Ministério Público e pela procuradora-geral distrital do Porto.